

**Rita Barradas Barata**  
**Euclides Ayres de Castilho**

Editores do Suplemento

## Editorial

Desde a criação do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) no Ministério da Saúde e a realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, o panorama do financiamento da pesquisa em saúde passou a contar com um novo ator.

A presença do Ministério da Saúde no financiamento da pesquisa em saúde possibilitou a injeção de novos recursos no setor. Também originou mudança fundamental na distribuição dos recursos destinados ao atendimento da demanda espontânea e dos recursos voltados para promover a indução de pesquisas necessárias e prioritárias para o desenvolvimento nacional.

Esse novo papel assumido pelo Ministério da Saúde é exercido em parceria com outras agências de fomento do sistema de C&T, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAP).

O processo para contratação de projetos principia predominantemente por meio de editais públicos que orientam o curso de apresentação e seleção das propostas. Como um elemento inovador na produção e utilização dos conhecimentos gerados, o Decit instituiu oficinas de apresentação das várias fases das pesquisas, reunindo os pesquisadores responsáveis por projetos referentes a determinado edital, com a presença de pesquisadores convidados para avaliar a qualidade dos produtos e a possibilidade de incorporação dos resultados às políticas e programas de saúde.

Assim, o Ministério da Saúde, de maneira coerente com seu papel à frente da Política Nacional de Saúde, confere à produção de conhecimentos científicos um lugar estratégico. E não apenas com maior aporte de recursos financeiros para o apoio à pesquisa mas, também, com o envolvimento em atividades de tradução desse conhecimento para as ações práticas, bem como no incentivo a diferentes formas de divulgação e difusão dos resultados dos projetos financiados.

Dentre as sub-agendas que compõem a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, uma delas está dirigida para a temática da saúde mental, inegavelmente um assunto prioritário tanto por sua magnitude quanto por sua relevância epidemiológica e social.

Este suplemento reúne artigos que foram elaborados a partir de projetos selecionados segundo edital conjunto –CNPq e Ministério da Saúde – para financiamento de projetos em cinco linhas definidas a partir da sub-agenda de saúde mental. Essas linhas incluíam projetos de atuação na atenção básica, avaliação de serviços, estudos sobre violência e saúde mental, estudos de fatores de vulnerabilidade de grupos populacionais particulares, e desenvolvimento e aplicação de novos métodos e técnicas de investigação em saúde mental.

Os artigos que compõem este suplemento são exemplares das pesquisas financiadas nessas diferentes linhas.

Creemos que os resultados aqui divulgados interessam aos profissionais de saúde com atuação no campo da saúde mental, aos alunos de pós-graduação em saúde coletiva e aos formuladores e executores de políticas de saúde tanto em nível municipal quanto estadual e nacional.

Cumprindo com sua tradição de veicular a pesquisa científica de boa qualidade, realizada no campo da saúde pública no Brasil, a Revista de Saúde Pública tem profunda satisfação de, mais uma vez, associar-se ao Ministério da Saúde para trazer a público diversificados resultados de projetos de pesquisa em saúde mental.